



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

### Ata da 23ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária

1 Ao décimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas,  
2 iniciou-se a vigésima terceira plenária ordinária, realizada virtualmente, do décimo  
3 oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião:  
4 Adinete Souza da Costa Mezzalira, Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula Soares  
5 da Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco  
6 Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva, Dalcira  
7 Pereira Ferrão, Fabián Javier Marín Rueda, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel  
8 Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Losiley Alves Pinheiro, Maria de  
9 Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena  
10 Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane Cosmo, Robenilson Moura  
11 Barreto, Rodrigo Acioli Moura e Tahiná-Khan Lima Vianey. Ana Sandra Fernandes  
12 Arcoverde Nóbrega inicia a reunião saudando as<sup>1</sup> participantes. **1. INFORME- PL**  
13 **4414/20 - ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO**  
14 **DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE), PARA DISPOR SOBRE REGRAS DE**  
15 **ADOÇÃO A SEREM ADOTADAS EM SITUAÇÕES DE PANDEMIA OU**  
16 **CALAMIDADE PÚBLICA.** Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, e  
17 Marina de Pol Poniwas informam ao plenário que em primeiro de setembro de dois  
18 mil e vinte, foi apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho ( MDB/PE) o  
19 Projeto de Lei nº 4414/20 que altera a Lei nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do  
20 Adolescente, para dispor sobre regras de adoção a serem adotadas em situações de  
21 pandemia ou calamidade pública. Marina acrescenta que esse PL foi apresentado  
22 recentemente, mas que a ideia dele já é antiga e contextualiza o histórico desse tema  
23 até então. A conselheira acrescenta que o CFP participou da construção de uma nota  
24 em parceria com o Movimento e que já foi aprovada pela diretoria.  
25 **Encaminhamentos:** não houve. **2. INFORME - PL 4432/20 - DISPÕE SOBRE O**  
26 **ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E/OU PSIQUIÁTRICO PARA AS**  
27 **GESTANTES.** Miraci informa que no dia dois de setembro de dois mil e vinte foi  
28 apresentado Projeto de Lei n. 4432/2020, pelo Deputado Deuzinho Filho  
29 (REPUBLIC/CE), que "Dispõe sobre o atendimento psicológico e/ou psiquiátrico  
30 para as gestantes nas unidades de saúde componentes do Sistema Único de Saúde –  
31 SUS e informa que o CFP está acompanhando a movimentação dele. Ana Sandra  
32 sugere que o PL seja lido de forma mais aprofundada para averiguar se existe algum  
33 tipo de problema ou incoerência. **Encaminhamentos:** não houve. **3. INFORME -**  
34 **PL 4411/20 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CRIME DE PERSEGUIÇÃO**

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

35 **OU STALKING CONTRA A MULHER.** Miraci informa ao plenário que em  
36 primeiro de setembro de dois mil e vinte, foi apresentado o Projeto de Lei n.  
37 4411/2020, pela Deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que "Dispõe sobre a criação  
38 do crime de perseguição ou stalking contra a mulher no ambiente doméstico e  
39 familiar quando o agente se prevalece de relações domésticas, de coabitação ou de  
40 hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica e dá outras  
41 providências", e que o CFP está acompanhando esse PL. **Encaminhamentos:** não  
42 houve. **4. INFORME - PL 4403/20 - DETERMINA QUE A UNIÃO INCLUA**  
43 **PESSOAS NEGRAS E MULHERES EM SEUS ANÚNCIOS E CAMPANHAS**  
44 **PUBLICITÁRIAS.** Miraci informa ao plenário que no dia trinta e um de agosto o  
45 Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) apresentou o PL 4403/20 que determina que  
46 a União inclua pessoas negras e mulheres em seus anúncios e campanhas  
47 publicitárias, e que o CFP está acompanhando esse PL. **Encaminhamentos:** As  
48 conselheiras Maria de Jesus Moura e Celia Zenaide irão acompanhar o projeto, fazer  
49 a leitura dele para verificar se o CFP tem alguma sugestão. **5. INFORME- PL 4388**  
50 **- ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE**  
51 **O ECA EXIGIR CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL E JUDICIAL**  
52 **CRIMINAL DOS PROPRIETÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DE**  
53 **ESTABELECIMENTOS QUE ACOLHEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**  
54 Miraci informa que no dia vinte e oito de agosto foi apresentado o Projeto de Lei n.  
55 4388/2020, pelo Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), que "Altera a Lei nº  
56 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir  
57 certidão negativa criminal e judicial criminal dos proprietários e funcionários de  
58 estabelecimentos que acolhem crianças e adolescentes". **Encaminhamentos:** A  
59 conselheira Marina de Pol Poniwas irá acompanhar o projeto. **6. INFORME - PL**  
60 **4515/20 - ALTERA O ARTIGO 10 DA LEI 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE**  
61 **1996, PARA DEFINIR CRITÉRIOS PARA A ESTERILIZAÇÃO**  
62 **VOLUNTÁRIA.** Miraci informa que no dia nove de setembro foi apresentado o  
63 Projeto de Lei n. 4515/2020, pelo Deputado Denis Bezerra (PSB/CE), que "Altera o  
64 artigo 10 da Lei 9.263/1996, que regulamenta o "§ 7º do art. 226 da Constituição  
65 Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras  
66 providências" para definir critérios para a esterilização voluntária", estabelecendo  
67 novos critérios para esse procedimento. **Encaminhamentos:** não houve. **7.**  
68 **INFORME - PL 4519/20 - REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E**  
69 **DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO**  
70 **DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, DE QUE TRATA O**  
71 **ART. 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; E DÁ OUTRAS**  
72 **PROVIDÊNCIAS.** Miraci informa que em nove de setembro, o Senador Randolfe  
73 Rodrigues (REDE/AP), apresentou o PL 4519/20 que regulamenta o Fundo de  
74 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos  
75 Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição  
76 Federal; e dá outras providências. **Encaminhamentos:** As conselheiras Norma  
77 Celiane Cosmo e Adinete Souza da Costa Mezzalira irão acompanhar este projeto. **8.**  
78 **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PRÓXIMAS AÇÕES.** Ana Sandra  
79 comenta que, como é de conhecimento de todos, Márcio Cruz, da Usina Ideias e  
80 Projetos Ltda, empresa contratada para dar consultoria de planejamento estratégico,  
81 tem ligado individualmente para cada conselheira e agora o próximo passo será a  
82 apresentação do consolidado, comparando todo o planejado versus o realizado, até o

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

83 mês de agosto deste ano. Essa apresentação será na próxima reunião plenária. A partir  
84 dessa apresentação serão feitos novos apontamentos e proposições para ajustes e  
85 novas definições para o planejamento estratégico do CFP. Ela destaca que foi  
86 levantada a necessidade de se fazer uma análise de conjuntura considerando a  
87 reforma administrativa anunciada. Frente a isso, Ana Sandra informa que no dia vinte  
88 e cinco de setembro acontecerá essa análise de conjuntura com a participação de um  
89 especialista e de todo o plenário, para que se discuta o impacto da reforma  
90 administrativa nas políticas públicas, especialmente no campo da Psicologia.  
91 **Encaminhamentos:** as reuniões plenárias de outubro acontecerão nos dias três e  
92 dezessete, das quatorze às dezessete horas, e no dia trinta das dezesseis às dezenove  
93 horas e trinta minutos. **9. PROCESSO ELEITORAL: CNDH 2020-2022.** Ana  
94 Sandra explica que por meio do Edital de Convocação N° 01/2020, o Conselho  
95 Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) convocou as organizações da sociedade  
96 civil para a eleição do Conselho referente ao mandato 2020-2022, sendo dezoito  
97 vagas no total, sendo que serão eleitas nove representações da sociedade civil como  
98 titulares e nove representações como suplentes e o mandato é de dois anos (2020-  
99 2022). O Conselho Federal de Psicologia está atualmente em seu terceiro mandato  
100 como integrante titular do CNDH tendo sido representado por Vera Paiva (2014-  
101 2016), Paulo Maldos (2016-2018) e Rogério Giannini (2018-2020). A conselheira  
102 acrescenta que o CFP está pleiteando essa candidatura, nesse momento, e num  
103 segundo momento o CFP terá que indicar um representante, que pode ser ou não do  
104 plenário. **Encaminhamentos:** não houve. **10. REUNIÃO MINISTÉRIO DA**  
105 **SAÚDE.** Ana Sandra comenta que o CFP foi convidado pelo Ministério da Saúde  
106 para uma reunião. Ela, Anna Carolina Lo Bianco e Marisa Helena Alves foram as  
107 representantes do CFP, e foram informadas no início da reunião, que ela tinha o  
108 objetivo de consultar os conselhos de classes a respeito das demandas do CFP para o  
109 MS. Ana Sandra acrescenta que, como elas não sabiam qual era o objetivo da  
110 reunião, elas não tinham condições de elencar isso para o MS naquele momento, e  
111 que explicou a eles que seria necessário trazer essa pauta para ser discutida no  
112 plenário e posteriormente ela daria esse retorno para eles. **Encaminhamentos:** Esse  
113 ponto deve ser pautado para a próxima plenária. **11. ATA 22ª PLENÁRIA - XVIII**  
114 **PLENÁRIO DO CFP.** Fabián Javier Marín Rueda comenta que o objetivo desse  
115 ponto é a apreciação da ata da 22ª Plenária. **Encaminhamentos:** Ata da 22ª Plenária  
116 aprovada pelo plenário, com a indicação de acrescentar a observação enviada pela  
117 conselheira Tahiná. **12. TRABALHO REMOTO CFP.** Ana Sandra comenta que  
118 foi debatido pela diretoria a prorrogação do trabalho remoto para janeiro de dois mil e  
119 vinte e um, considerando que não existe nenhuma alteração positiva no cenário atual,  
120 especialmente em Brasília. Ela destaca ainda que essa portaria pode ser revogada a  
121 qualquer momento, caso a diretoria avalie que é possível voltar ao trabalho presencial  
122 com segurança. **Encaminhamentos:** Prorrogação aprovada pelo plenário. **13.**  
123 **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS.** Ana Sandra explica que  
124 estão sendo suspensas as prescrições dos prazos processuais até janeiro de dois mil  
125 e vinte e um. A conselheira pede que o departamento jurídico explique se essa  
126 portaria impede os regionais de fazerem os seus julgamentos éticos, se eles  
127 conseguiriam dar andamento aos processos com essa prorrogação feita pelo CFP, e  
128 que eles ainda aventaram a possibilidade de fazê-los virtualmente. João Diego Rocha  
129 Firmiano, Gerente Jurídico do CFP, explica que a essa portaria não impede os  
130 regionais de darem andamento aos trâmites internos necessários para cada processo,

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

131 nem impede os CRs de realizarem os julgamentos cujos processos já estão instruídos,  
132 mas que os julgamentos dos outros processos que possuem participação das partes  
133 ficam suspensos em função dessa portaria. Ele destaca ainda que é necessário lembrar  
134 que todas as decisões que foram tomadas nesse sentido, se deram em função da  
135 necessidade do isolamento, posta até o momento. Ele afirma que existe a  
136 possibilidade, do ponto de vista jurídico, de o julgamento ser realizado on line, mas  
137 que existem muitos cuidados a serem tomados. Ana Sandra pede que a Gerência  
138 jurídica e a Secretaria de Orientação e Ética administrem essa questão conjuntamente,  
139 a fim de que possibilidades seguras sejam criadas para atender essas demandas  
140 urgentes. **Encaminhamentos:** a) Referenda a prorrogação dos prazos processuais até  
141 janeiro, podendo ser revogada a qualquer momento; b) A GJUR e a SOE deverão  
142 estudar quais serão as possíveis implicações e soluções para as necessidades de  
143 alguns regionais que estão retomando as atividades agora. **14. ABRASME:**  
144 **SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM A CIDH - DIREITOS HUMANOS EM**  
145 **HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS NO BRASIL.** Miraci comenta que o CFP realizou  
146 reunião com a ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental) para discutir a  
147 possibilidade de uma audiência com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
148 da Organização de Estados Americanos (CIDH) para tratar dos retrocessos da Saúde  
149 Mental no Brasil, especialmente no tocante aos hospitais psiquiátricos e as  
150 comunidades terapêuticas. Miraci explica o trâmite para agendamento de reunião com  
151 as comissões da ONU (Organização das Nações Unidas) e contextualiza ao plenário o  
152 histórico dessa demanda. Ela informa que a audiência está prevista para acontecer no  
153 início de dezembro, e que nesse momento é necessário apreciar o documento que  
154 solicita a audiência e está sendo assinado pela ABRASME. **Encaminhamentos:** a)  
155 As conselheiras deverão enviar propostas de alteração até vinte e um de setembro  
156 pela manhã; b) A equipe técnica deverá fazer uma revisão do documento para  
157 substituir termos que estão em desuso; c) O Plenário está de acordo com a assinatura  
158 do documento e com a participação do CFP na audiência; d) Indicada a Conselheira  
159 Marisa Helena Alves para ser a representante do CFP na audiência. **15. PL**  
160 **3267/2019 E AÇÕES NA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO.** Losiley Pinheiro  
161 comenta que está acontecendo a Semana Nacional do Trânsito, e que hoje foi  
162 veiculada uma matéria que resgata o trabalho do CFP na área da Psicologia do  
163 Trânsito e também as articulações feitas em torno do PL 3267. Além de matéria, ela  
164 comenta que foi veiculado um card, e que ela gostaria de aprovar os outros quatro  
165 cards com orientações e informações sobre o posicionamento do CFP frente ao PL  
166 em questão. **Encaminhamentos:** Propostas de cards aprovadas pelo plenário. **16.**  
167 **PROPOSTA DE BOLETIM DA CDH/CFP - 5ª EDIÇÃO - NOVEMBRO E**  
168 **DEZEMBRO DE 2020.** Maria de Jesus Moura informa que esse ponto é para  
169 apresentar a proposta da quinta edição do Boletim da Comissão de Direitos Humanos  
170 do CFP para os meses de Novembro e Dezembro, e procede à explicação detalhada  
171 de cada uma das sessões do Boletim, bem como dos nomes indicados.  
172 **Encaminhamentos:** Aprovada pelo plenário a proposta de Boletim da CDH. **17.**  
173 **CREPOP - RT PROGRAMAS E SERVIÇOS DE IST/HIV/AIDS.** Célia Zenaide  
174 da Silva comenta que a comissão responsável pela elaboração da Referência Técnica  
175 para atuação de Psicólogos(os) em Programas e Serviços de IST/HIV/aids finalizou  
176 seu texto, o qual está pronto para seguir as etapas de diagramação e publicação. Ela  
177 acrescenta que o texto passou por consulta pública em julho de dois mil e dezanove  
178 tendo recebido contribuições da categoria, que em seguida foram incorporadas ao

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

179 texto, e relembra que a comissão foi coordenada pela Profa. Dra. Sandra Spósito,  
180 enquanto conselheira do XVII Plenário. Célia Zenaide comenta que o objetivo do  
181 ponto é apreciar o texto de apresentação da versão final da Referência.  
182 **Encaminhamentos:** a) Revisar gendramentos e termos; b) Substituir no texto as  
183 partes que falam que o SUS é gratuito, pelo termo universal; c) Atendidas as  
184 observações elencadas anteriormente, o texto está aprovado pelo Plenário. **18.**  
185 **PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RODAS DE CONVERSA**  
186 **REGIONALIZADAS - DEMANDAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA À**  
187 **POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Neuza Maria de Fátima  
188 Guareschi comenta que, conforme deliberações do X CNP e sinalização das  
189 Comissões Regionais de Assistência Social, a categoria tem solicitado a promoção de  
190 espaços de debates a respeito das demandas do Sistema de Justiça, que interferem no  
191 exercício profissional da psicóloga, na medida em que determinam não só a  
192 realização de estudos, avaliações psicológicas e perícias por profissionais do SUAS,  
193 como também indicam quais os procedimentos que devem ser realizados pela equipe  
194 técnica. Constata-se ainda que essas demandas acabam por comprometer o trabalho  
195 social desenvolvido com as famílias, no território, produzindo prejuízos à população  
196 atendida. Por vezes, essas determinações também apresentam um cunho ameaçador,  
197 quando versam sobre descumprimento de ordem judicial, caso de a profissional não  
198 apresentar resposta ao solicitado. Frente a isso, a CONPAS (Comissão Nacional de  
199 Psicologia na Assistência Social), coordenada pela conselheira Neuza, juntamente  
200 com a conselheira Marina de Pol Poniwas (representante na pauta do Sistema de  
201 Justiça e coordenadora do GT APAF - Demandas do Sistema de Justiça às Políticas  
202 Públicas de Assistência Social e Saúde), apresentam a proposta de realização de  
203 Rodas de Conversa Regionalizadas a respeito da relação do SUAS com o Sistema de  
204 Justiça, com vistas a subsidiar a elaboração de nota técnica à categoria, dentre outros  
205 objetivos relacionados ao assunto. **Encaminhamentos:** Aprovada a proposta de rodas  
206 de conversas. **19. COORDENADOR DO CFP PARA GT DE ESTÁGIOS DA**  
207 **APAF.** Neuza Maria contextualiza as atividades desenvolvidas pelo GT de Estágios  
208 da APAF, atualmente coordenado por ela, mas que nesse momento é necessário se  
209 fazer uma indicação de novo representante do CFP para este GT.  
210 **Encaminhamentos:** Foi indicado como coordenador do GT o conselheiro Antonio  
211 Virgílio Bittencourt Bastos. **20. SÉRIE DE CARDS ORIENTATIVOS.** Dalcira  
212 Ferrão explicou que a partir da realização da live do dia trinta e um de agosto,  
213 "Lesbianidades, saúde e violência" pensou-se na possibilidade de produzir uma série  
214 de cards orientativos à categoria e à sociedade, a fim de explicar o papel institucional  
215 do CFP ao abordar tais temáticas LGBTI. Luana Spinillo, Gerente de Comunicação,  
216 acrescenta que a comunicação já havia pensado, desde final do ano passado, em fazer  
217 uma série de cards orientativos, porém com outra temática, em parceria com a SOE e  
218 a Ouvidoria, para tratar das principais dúvidas que chegam à Ouvidoria e também das  
219 demandas mais comuns nas questões de Orientação e Ética (ex: dúvidas sobre  
220 competências do CFP e dos CRPs; onde buscar informações; título de especialista;  
221 diferença entre as competências dos Conselhos e dos Sindicatos, etc).  
222 **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a proposta de produzir uma série de cards  
223 abordando temas diversos da Psicologia relacionando-os ao código de ética e às  
224 dúvidas que chegam na ouvidoria. **21. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA**  
225 **PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSP) - CONSULTA PÚBLICA PARA**  
226 **ATUALIZAÇÃO.** Katya Luciane de Oliveira comenta que a ideia inicial seria

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

227 debater a possibilidade de o CFP apoiar a consulta pública relativa à proposta de  
228 atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) advinda  
229 da Divisão de Direito Humanos do Ministério das Relações Exteriores do Ministério  
230 da Justiça e Segurança, porém o prazo se esgotou no dia doze de setembro. Ainda  
231 assim a conselheira destaca a importância de se debater a respeito do assunto, pois ela  
232 comenta que leu o documento e que a aplicação do recurso privilegia atividades  
233 vinculadas à segurança nacional. A conselheira comenta ainda que já existem  
234 centenas de sugestões de alteração, assim pode ser que em algum momento o CFP  
235 tenha que se posicionar. **Encaminhamentos:** não houve. **22. GT SOBRE**  
236 **PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR DO FONINJ E**  
237 **DEBATE NA ASSEMBLEIA DO CONANDA.** Marina comenta que a  
238 colaboradora Iolete Ribeiro da Silva participou, a convite do Fórum Nacional da  
239 Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça (FONINJ/CNJ), de reunião  
240 de grupo de estudos criado com o objetivo de analisar requerimento formulado pelo  
241 Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), no sentido de se editar ato  
242 normativo ou a alteração das Resoluções n. 313/2020, 314/2020 e 318/2020 para que  
243 seja assegurada a tramitação “prioritária e célere dos processos de destituição do  
244 poder familiar, bem como os conexos à infância e juventude, tanto físicos quanto  
245 eletrônicos.” A colaboradora sugere que o plenário do CFP avalie o interesse em  
246 participar dessa discussão, para que articule a inserção de representação do CFP nesse  
247 GT específico ou em outros convites feitos pelo FONINJ. Ela destaca ainda que essa  
248 participação ativa do CFP, nesse espaço, não vem ocorrendo desde as discussões  
249 sobre o depoimento especial e agora há um aceno de reconhecimento da importância  
250 do CFP nesses debates. A colaboradora Iolete Ribeiro também informou à  
251 conselheira Marina que será enviado um convite ao CFP, em nome do CONANDA  
252 (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), para participação na  
253 Assembleia de Setembro de dois mil e vinte para debater sobre esses temas e/ou  
254 outros de interesse do sistema conselhos, tais como: judicialização do SUS e SUAS,  
255 condições de trabalho das psicólogas no sistema de justiça, a relação entre volume de  
256 trabalho e número de profissionais necessários, cumprimento do provimento 36.  
257 Frente ao exposto, a conselheira destaca que o objetivo desse ponto é deliberar sobre  
258 interesse do CFP em participar do GT sobre Processos de Destituição do Poder  
259 Familiar e outras atividades realizadas pelo FONINJ/CNJ, mesmo ainda não tendo  
260 reuniões agendadas, além de participar de um possível debate sobre esse tema a ser  
261 promovido pelo CONANDA. **Encaminhamentos:** A conselheira indicada para  
262 representar o CFP nas atividades no FONINJ/CNJ e CONANDA relacionados a esse  
263 tema foi Marina de Pol Poniwas. **23. APAF DEZEMBRO/2020 - ESTABELECE**  
264 **PONTOS PRIORITÁRIOS.** Ana Sandra comenta que houve um debate no grupo  
265 não oficial dos presidentes, pautado por eles mesmos, a respeito da realização da  
266 APAF de dezembro. A conselheira comenta que inúmeras propostas foram ventiladas  
267 e o encaminhamento daquela reunião foi a realização da APAF em dois turnos, com  
268 uma pauta que aborde apenas pontos prioritários, aqueles que possuem prazos  
269 regimentais e que precisam impreterivelmente ser discutidos, como: Orçamento do  
270 CFP para dois mil e vinte e um, Composição da COMORG (Comissão Organizadora  
271 Nacional), GT Eleições e Antecipação da APAF de Maio ou Criação da APAF extra  
272 no início de dois mil e vinte e um para tratar dos detalhes do Congresso Nacional de  
273 Psicologia. Mas nessa reunião de presidentes foi também deliberado que esse formato  
274 da APAF de dezembro deveria ser debatido em todos os plenários dos Crs e do CFP.

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

275 **Encaminhamentos:** Dar providências para a realização da APAF virtual de  
276 dezembro com pauta reduzida e sem inserção de pontos extras. **24. NOTA SOBRE**  
277 **O PROCEDIMENTO DE JUSTIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA**  
278 **INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ.** Marina relembra que na vigésima segunda  
279 Reunião Plenária, realizada em quatro de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada a  
280 parceria com a Frente Nacional contra a Criminalização de Mulheres e pela  
281 Legalização do Aborto (FNPLA) para elaboração de uma nota pública, em nome do  
282 CFP, a respeito das dificuldades de acesso das mulheres ao aborto legal após a edição  
283 da Portaria 2.282/2020 do Ministério da Saúde. Frente a isso, a conselheira destaca  
284 que o objetivo desse ponto é a apreciação da Nota Pública elaborada pelas  
285 Conselheiras Marina Ponivas, Alessandra Almeida, Dalcira Ferrão, Isabela Saraiva e  
286 pela Sra. Daniela Pedroso, representante do Hospital Pérola Byington. Marina  
287 procede à leitura do documento. **Encaminhamentos:** a) A Nota Pública foi aprovada  
288 pelo Plenário com sugestão de alteração no parágrafo a seguir, pontuando que o  
289 problema em si é a realização do exame: “Destaca-se ainda, que a inteligibilidade das  
290 imagens produzidas por ultrassonografia depende da posição fetal dentro do útero, da  
291 qualidade do equipamento e do olhar do especialista, ou seja, sua simples  
292 visualização pode não ter utilidade em reconhecer ali uma “pessoa”, como alegam os  
293 defensores de tal medida. O que acontece de fato é que a dinâmica de interação com  
294 aquele a interpretar e interpelar a menina ou mulher sobre o exame produz grande  
295 estresse emocional na vítima, diante da possibilidade de a mesma sentir-se  
296 interrogada por esse novo interlocutor sobre sua decisão.”; b) as conselheiras Marina  
297 e Izabel irão reescrever esse parágrafo para que o documento seja enviado aos  
298 regionais. **25. SUBSTITUIÇÃO DE ESPECIALISTA.** Maria Juracy pontua que a  
299 Profa. Juliana Perucchi solicitou seu desligamento da comissão de especialistas  
300 responsável por redigir a Referência Técnica para atuação de psicólogas em Direitos  
301 Sexuais e Direitos Reprodutivos. Frente a isso, ela comenta que o objetivo desse  
302 ponto é apreciar a indicação da Professora da UFF (Universidade Federal  
303 Fluminense) Beatriz Adura Martins, que em sua trajetória profissional atuou como  
304 técnica do Crepop do CRP 05/RJ, para substituir Juliana e fazer parte da comissão.  
305 **Encaminhamentos:** Indicação aprovada pelo plenário. **26. SOLICITAÇÃO DE**  
306 **INCLUSÃO DE ESPECIALISTAS- COMISSÃO DE DIVERSIDADE**  
307 **SEXUAL.** Maria Juracy explica que o objetivo desse ponto é apreciar a inclusão de  
308 especialistas na comissão de Diversidade Sexual, dada a necessidade de finalização  
309 do documento de referência sobre Diversidade Sexual. Os nomes indicados para  
310 auxiliar na criação dele foram Geni Daniela Núñez Longhini, Sofia Favero Ricardo e  
311 Daniel Coelho Silva Brandão. **Encaminhamentos:** Indicações aprovadas pelo  
312 plenário. **27. CANDIDATURA CONSELHEIRA ALESSANDRA.** A conselheira  
313 Alessandra informou que comporá um mandato coletivo para disputar uma vaga de  
314 vereadora no pleito que se avizinha e que já tinha comunicado à diretoria do CFP.  
315 Ana Sandra informou que foi solicitado um parecer do setor jurídico sobre o assunto,  
316 o qual destacou que diante da situação colocada o mais adequado seria o  
317 licenciamento do cargo de conselheira. Houve várias falas felicitando a conselheira,  
318 ressaltando a importância e relevância da candidatura, e destacando a necessidade de  
319 descompatibilização do plenário até que o processo eleitoral seja encerrado.  
320 **Encaminhamentos:** A conselheira Alessandra fará contato com a Coordenação Geral  
321 na segunda-feira, que verá junto ao Departamento Jurídico quais os trâmites que  
322 devem ser realizados para o afastamento. A reunião plenária foi encerrada às

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

323      dezenove horas e trinta minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Fabián Javier Marín  
324      Rueda, Conselheiro-Secretário, e assinada por todos os presentes nomeados.

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adinete Sousa Da Costa Mezzalira, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às



11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 16/05/2022, às 02:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto, Conselheira(o)**, em 18/05/2022, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabian Javier Marin Rueda, Usuário Externo**, em 04/09/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0546050** e o código CRC **4B9FF731**.